

MULTIPLICIDADE DE “POBREZAS” NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS: CONTRIBUIÇÕES DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL E DA TEORIA ATOR-REDE (TAR)!

Jacy Corrêa Curado¹

Mary Jane Spink²

Resumo: Este artigo apresenta a pobreza como múltipla e complexa, performada por uma rede de materiais heterogêneos das políticas públicas contemporâneas. O delineamento metodológico utilizado se apoia na abordagem do construcionismo social, que entende a realidade como construída por meio de vários instrumentos no curso de uma série de diferentes práticas. Para compreender a Política Pública de Enfrentamento à Pobreza como uma rede heterogênea de atores humanos e não humanos via o Programa Bolsa Família, articulou-se ainda um diálogo com algumas pontuações da Teoria Ator-Rede e referenciais epistemológicos que questionam os fundamentos ontológicos de verdade e realidade por meio da noção de multiplicidade. A partir das observações, entrevistas, conversas e leituras de documentos públicos das ações do Programa Bolsa Família, descrevemos três versões de “pobreza”: a pobreza calculada, a cadastrada e a controlada. Essas versões coexistem entre si, e não devem ser entendidas de forma isolada de tal modo que, somadas, produziriam um todo ou comporiam um retrato da “pobreza” homogênea, estável e permanente, apreendida por uma diversidade de olhares e perspectivas. Ao contrário, propomos aqui se trate de uma multiplicidade de “pobrezas”. Pontuamos que as conexões e bifurcações entre as versões de pobreza produzidas pelas materialidades e socialidades da rede heterogênea das Políticas Públicas de Enfrentamento à Pobreza irão trazer contribuições ao olhar psicossocial que poderá desestabilizar, desterritorializar e flexibilizar as noções tradicionais de pobre e pobreza.

Palavras-chave: Pobreza; Multiplicidade; Políticas públicas; Construcionismo social; Teoria ator-rede.

MULTIPLE POVERTIES IN CONTEMPORARY PUBLIC POLICIES: CONTRIBUTIONS FROM SOCIAL CONSTRUCTIONISM AND ACTOR-NETWORK THEORY (TAR).

Abstract: This article presents poverty as multiple and complex, performed by a network of heterogeneous materials of the contemporary public policies. The methodological design used is based on social constructivism approach, which considers reality as constructed through the various instruments in the course of a number of different practices. To understand Public Policy for Combating Poverty as a heterogeneous network of human and non-human actors via the Family Grant Program, we articulated a dialogue with some scores of Actor-Network Theory and epistemological references that question the ontological foundations of truth and reality through the notion of multiplicity. From the observations, interviews, conversations and readings of public documents of the actions of the Family Grant Program, we described three versions of “poverty”: the calculated poverty, the registered and the

¹ Psicóloga. Master in Gender and Development Studies. Doutora em Psicologia Social. Professora Adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: jacycurado@ufgd.edu.br

² Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia Social. Professora titular do Programa de Estudos de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e investigadora sênior do CNPq. E-mail: mjspink@pucsp.br

controlled poverty. These versions coexist with each other, and should not be construed in a manner isolated in such a way that would produce a whole summed or compose a portrait of “poverty” homogeneous, stable and permanent, seized by a diversity of views and perspectives. On the contrary, we propose here a multitude of “poverties”. We punctuated that the connections and bifurcations among poverty versions produced by material elements and socialization of the heterogeneous network of the public policies for combating poverty will bring contributions to the psychosocial look which could destabilize, desterritorialize and make more flexible the traditional notions of poor and poverty.

Keywords: Poverty; Multiplicity; Public policies; Social constructionism; Actor-network theory.

Introdução

Em um corredor da universidade saindo de uma sala de aula do doutorado de Psicologia Social, uma colega de turma me perguntou sobre qual seria minha pesquisa de tese, e respondi à época:

- Práticas discursivas sobre a pobreza em uma abordagem do Construcionismo Social.

E ela me alertou:

Colega de turma - Cuidado para não ficar somente no discurso! E sem aguardar minha resposta entrou no elevador.

Esse “não diálogo” serve para ilustrar a dificuldade ainda existente entre psicólogos sociais de compreender o papel dos discursos nas Ciências Sociais. No caso dos estudos sobre pobreza – um problema que parece ser tão antigo, sólido e duro –, são ainda maiores as resistências ao uso das abordagens linguísticas sob a alegação de que poderia fugir à urgência e apelo por sua transformação, enfrentamento e combate.

Seguindo os caminhos de uma pesquisa social construcionista

Tomando como ponto de partida as abordagens construcionistas, ressaltamos primeiramente que entendemos a pobreza como uma construção social. Certamente a pobreza cristã da Idade Média, não é a mesma do pauperismo dos trabalhadores do período pós-Revolução Industrial, nem tampouco a pobreza do Brasil Colonial é a mesma combatida pelo Programa Bolsa Família.

Para um construcionista social um bom começo seria então, fazer a ingênua pergunta: *O que é pobreza? Se ela sempre existiu, será que sempre foi entendida assim como a conhecemos hoje? Será que ainda existem disputas, interesses, controvérsias na construção das versões contemporâneas de pobreza?*

Do ponto de onde partimos para chegarmos aos pressupostos construcionistas construímos diálogos teóricos e epistemológicos entre abordagens distintas que se conectam em aspectos cruciais, tais como a construção histórica de realidades, a importância da linguagem nessa construção e, principalmente as que levam em conta redes constitutivas das múltiplas realidades das pobrezas nas políticas públicas

Decidimos, então, que a pesquisa seria centrada no combate, superação, enfrentamento da pobreza

e não na análise das causas estruturais da mesma, como faz tão bem a Sociologia e a Economia Política. Entendemos que o enfrentamento à pobreza está localizado em diferentes práticas discursivas, como as da caridade religiosa, dos projetos de Organizações não Governamentais e Fundações do Terceiro Setor, dos Organismos de Cooperação Internacional entre outros. Porém, nossa opção foi a de pesquisar o enfrentamento à pobreza nas políticas públicas, particularmente as de transferência de renda do Governo de Estado Brasileiro. E foi assim que escolhemos o Programa Bolsa Família (PBF), um programa nacional de transferência de renda, com o objetivo explícito de combater a pobreza, como estudo de caso.

Optamos por fazer uso preferencial da noção de “pobreza” ao invés de “pobre”, por esse termo possuir um tratamento mais apropriado para compreensão do campo das políticas públicas. O caráter individualizante que carrega o termo “pobre” o diferencia de uma noção coletiva da “pobreza”, como nos alertou Mollat (1989, p. 2), em relação ao seu uso substantivo “Uma pessoa pobre; fica sendo ‘um pobre’. Fala-se de um homem pobre, de uma mulher pobre, de um camponês pobre”.

O diálogo com autores que se pautam pela Psicologia Discursiva foi de conhecer os repertórios linguísticos e suas distintas significações nos diferentes tempos históricos (GERGEN, 1985; ÍÑIGUEZ, 2002; SPINK, M., 2004), o que nos possibilitou construir uma noção de pobreza como polissêmica, ambígua, relativa e coletiva, entendida por meio dos processos de interação social, particularmente os de base linguística e resultado da ação e negociação social. Decorre desse posicionamento a crítica às formas absolutistas de produção de verdades e a sua propensão filosófica de criar dicotomias como interior-exterior, aparência-realidade, sujeito-objeto, mente-mundo, essência-existência, no lugar de construir pontes entre elas. Para Spink, M. (2004, p. 22) no que diz respeito aos pressupostos metodológicos a postura construcionista em pesquisa é “[...] desreificante, desnaturalizante; desessencializadora que radicaliza ao máximo a natureza social de nosso mundo vivido e a historicidade de nossas práticas sociais [...]”.

A compreensão da pobreza como localizada histórica, cultural e materialmente nos leva ao pressuposto de que a pobreza é governada. Procuramos entender o surgimento da pobreza como estratégia de governamentalidade a partir de algumas referências marcantes na historiografia, fazendo uso da noção de governamentalidade de Foucault (2008, 2005, 1995). Pensar a pobreza na ótica da população, no sentido foucaultiano, é também superar as dicotomias entre individual e coletivo, pois trataremos a população “pobre” como um campo de intervenção e objeto da técnica de governo que irá dispor e conduzir as coisas, que podem produzir efeitos econômicos específicos e ter regularidade própria.

São muitas as aproximações das posturas construcionistas com a abordagem foucaultiana, seja nos aspectos epistemológicos, arqueológicos ou genealógicos, em que se problematizam os modos de fazer ciência e as relações de poder que as constituem. Ambas colocam em dúvida a naturalidade das noções centrais para ciência expressos nas dicotomias (razão e emoção, natureza e cultura, humano e não humano), e também recusam a postura contemplativa ou essencialista das verdades científicas, dando espaço para pensá-las como versões de mundo e os modos de vida que elas engendram (GUARESCHI; HÜNING, 2010).

Esses posicionamentos ontológicos nos levaram a pensar a pobreza como múltipla e não plural, as diferenciando do perspectivismo em que se concebe um real único diante de diferentes perspectivas. A noção de multiplicidade sugere que a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos no curso de uma série de diferentes práticas performada. Em vez de aspectos de uma realidade única, são diferentes

versões dos objetos que ajudam a performar as múltiplas realidades. As versões visam dar conta dessa coexistência múltipla de saberes, de definições contraditórias e controversas, no sentido de suas possibilidades de ampliar o sistema de referência que permitem falar da realidade. As implicações das ontologias políticas parecem estar relacionadas com as possibilidades de escolhas e com o que está “em jogo” entre diferentes versões. Nas palavras de Mol (2008), não são vários aspectos da realidade concebida como única e essencial, mas são diferentes “versões” do objeto, versões essas que os objetos ajudam a performar.

Pesquisando redes heterogêneas: contribuições da Teoria Ator - Rede.

Afirmar uma multiplicidade ontológica como pressuposto é pensar a pobreza como múltipla, complexa e performada por uma rede heterogênea de humanos e não humanos, localizada histórica, cultural e materialmente (MOL, 2008). A noção de redes heterogêneas se insere nas teorizações da Teoria Ator-Rede, que entende um fato científico como algo construído por meio das ações de uma rede de atores humanos e não humanos que se cristalizam em coisas e artefatos. Redes, que produzem efeitos não permanentes, e que, a qualquer modificação e deslocamento de seus atores, interferem e alteram o que é produzido.

Nessa abordagem, o social, não poderia ser explicado apenas por suas influências, contradições, interesses e tensões internas dos atores humanos, mas emerge como um efeito heterogêneo de agenciamentos entre humanos e não humanos, cuja compreensão requer conceitos que estejam em ressonância com uma constituição híbrida (LATOURETTE, 2008). Observamos que a constituição conjunta do material e do simbólico repousa em estratégias semióticas: material compreendido como linguagem e linguagem como um material de objetivação das materialidades e socialidades.

Os autores da TAR problematizam a concepção de realidade das correntes tradicionais da Sociologia, sendo que o “real” para essa abordagem se refere a uma multiplicidade de materiais heterogêneos conectados em forma de uma rede que tem múltiplas entradas e está sempre em movimento e aberta a novos elementos que podem se associar de forma inédita e inesperada (MELO, 2007).

Esse maior espaço conferido às materialidades, segundo Spink, M. (2009), visa tentar entender o lugar dos objetos na materialização de uma determinada ordem social, que produzem efeitos relacionais e que devem ser compreendidos simultaneamente às socialidades em uma abordagem da circulação de sentidos no cotidiano. Menegon (2006, p. 72) enfatiza que esses aspectos são formas de compreender a linguagem como prática discursiva, pelo fato de agregarem sentidos de ação e movimento ao uso da linguagem, pois essas redes sociais seriam compostas “[...] de falas, textos, imagens, corpos, instituições, organizações e outros aparatos humanos e não humanos que compõem os campos relacionais [...]”.

Dizer que pobreza é produzida significa dizer que não existe um “pobre” ou uma “situação de pobreza” definidos *a priori*. Ou seja, não existe um objeto pronto e acabado, singular e coerente, que um(a) pesquisador(a) interessado(a) nessa temática deveria observar e interpretar. Mas existem associações, alianças, fluxos e movimentos que envolvem atores humanos e não humanos – tais como cadastros, secretarias, ministros(as), psicólogos(as), assistentes sociais, fome, documentos, favelas, benefícios, leis, sensações, etc. – que fazem com que “o pobre” e “a pobreza” existam.

Para entender como se dá esse processo, percorremos vários caminhos. Primeiramente, lemos e rele-

mos documentos de domínio público relacionados às políticas de combate à pobreza, tais como o boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o informativo do Sistema Único de Assistência Social; o boletim do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Brasil; o “Atlas de Desenvolvimento Humano”; documentos e textos sobre o Programa Bolsa Família. Ao ler esses materiais buscamos identificar os diferentes repertórios linguísticos utilizados para se referir à pobreza – procedimento fundamental para “ambientar” ou “contextualizar” o trabalho, afinal, “pobreza” é um termo polissêmico, cujos sentidos variam de acordo com o momento histórico, com o local, com os interesses e com os atores envolvidos nesse fenômeno. Nessa forma de fazer pesquisa, falar de pobreza implica, portanto, falar das associações – e dos efeitos por elas produzidos – entre uma série de atores heterogêneos: “É preciso falar de índices, atendentes, assistentes sociais, cadeiras, políticas, cadastros, sistemas computacionais, miséria, cesta básica, documentos... É preciso falar de ator-rede” (CORDEIRO, CURADO, PEDROSA, 2014, p. 160).

Partindo desses pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, apresentamos os modos de funcionamento da rede heterogênea das políticas públicas de transferência de renda em que iremos descrever as diferentes versões de “pobrezas” da rede heterogênea de atores humanos e não humanos que atuam nas políticas públicas de transferência de renda na contemporaneidade.

As múltiplas versões de “pobrezas”: o cadastro, os índices e a informatização!

Buscamos compreender como os elementos interagem nessa rede, entendendo que todos eles poderiam transformar e interferir na compreensão desse processo. A partir das observações, entrevistas, conversas e leitura de documentos públicos, descrevemos três versões de “pobrezas” que produzem efeitos não permanentes, e que, a qualquer modificação e deslocamento de seus atores, podem interferir e alterar o que está sendo apresentado. As versões de “pobrezas” coexistem entre si, e não devem ser entendidas de forma isoladas de tal modo que somadas produziriam um todo ou comporiam um retrato da “pobreza” homogênea, estável e permanente, apreendida por uma diversidade de olhares e perspectivas. Ao contrário, propomos que aqui se trate de multiplicidade de “pobrezas”. A ênfase dada às materialidades, como atores que incidem sobre a ação, se configurou no desenrolar da própria rede, em que, por exemplo, os formulários, cadastros e relatórios e os sistemas virtuais ocupam lugar de grande destaque e presença no cotidiano das políticas públicas sociais. E foi, inicialmente, seguindo os cadastros e documentos que conseguimos performar uma das principais versões de pobreza na contemporaneidade.

Na versão “**A pobreza cadastrada: Não sem documentos!**” descrevemos a importância do cadastro para os modos de fazer política pública contemporânea; ele é a porta de entrada e saída das políticas sociais. É por meio dele que se produzem informações e se conduz ao acesso, bloqueio ou cancelamento do benefício, e é quem fornece dados para a produção das estatísticas que definem as metas governamentais. O que era antes realizado por meio das visitas domiciliares, reuniões socioeducativas, encontros comunitários, geralmente baseados em grupos identitários como negros, índios, mulheres pobres, hoje tem sido realizado pelos cadastros oficiais e seus cruzamentos com os dados agrupados em sistemas públicos de informações, processados por instituições do sistema financeiro e controlados pelos Governos Municipais, Estaduais e Federal, formando um novo complexo de tecnificação da política social.

Essa prática de registrar dados para que os governos pudessem usar no delineamento das políticas públicas, está sendo aperfeiçoado com o advento da informatização. Segundo Castel (2003), esse procedimento tem tornado possível a constituição de fluxos da população e estatísticas de indivíduos, traçando um perfil ou perfis humanos, que deverão ter um destino homogêneo nas políticas públicas.

Em conversa com uma gestora da assistência social, ela confirma que o cadastro não é uma novidade na área, mas a sua centralidade:

[...] as políticas atuais giram em torno do CAD Único, ainda existem visitas, reuniões socioeducativas, mas todas direcionadas ao Cadastro. Em 2001, existia um cadastro de uma página com poucas informações dos Programas Vale Alimentação e Bolsa Escola. Atualmente não, a gestão do Programa gira em torno do cadastro e existem em média 22 pessoas envolvidas no seu gerenciamento (CURADO, 2012, p. 118).

O cadastro passou a ser a ferramenta do Governo Federal para planejamento e integração de políticas públicas e para construir indicadores de avaliação.

Os documentos, por outro lado, atuam como alimentos aos cadastros, pois cadastros sem documentos não têm vida, são folhas em branco. Sem documentos, não existe a mínima condição de ser considerado um usuário ou beneficiário de uma política social. A prática de “andar” documentado é comum entre a população pobre brasileira e, no Programa Bolsa Família não é diferente, pois o cidadão beneficiário sempre deve estar em posse de um “*kit*” de documentos na hora do atendimento.

Apesar de o cadastro ser preenchido na ausência de documentação, o benefício somente será concedido com a sua posterior apresentação. Solicitam-se documentos nos casos de mudança de endereço da escola, do domicílio, alteração do salário, contrato de casamento, morte de um dos familiares, enfim, qualquer mudança no cotidiano da família deve ser documentada e comunicada ao Programa para fins de cadastramento. Qualquer um desses eventos, se não forem comunicados, pode ser motivo de bloqueio do benefício social. Os documentos recentemente aparecem no discurso do Estado Brasileiro como porta de acesso à cidadania e estão relacionados a uma série de mecanismos, procedimentos e táticas para o governo da população e tecnologia de individualização, que foi multiplicada e intensificada numa poderosa rede, que coloca em funcionamento legislação, instituições públicas e privadas, tecnologia de segurança, diplomacia internacional, enunciados e pessoas.

Segundo Cordeiro, Silva e Nascimento (2010, p. 1), os documentos recentemente aparecem no discurso do Estado Brasileiro como porta de acesso à cidadania e estão relacionados a uma série de mecanismos, procedimentos e táticas para o governo da população e tecnologia de individualização que, segundo as autoras “[...] foi multiplicada e intensificada numa poderosa rede, que coloca em funcionamento legislação, instituições públicas e privadas, tecnologia de segurança, diplomacia internacional, enunciados e pessoas [...]”. Cadastros e documentos são assim entendidos como tecnologias de visibilidade que permitem a identificação, caracterização e descrição dos indivíduos; seriam os meios pelos que o indivíduo seria objetivado nos espaços públicos, em termos de traços e características não só individuais, mas coletivas, e podem ser considerados como dispositivos governamentais de controle e regulamentação da população.

Na versão “**A pobreza calculada vira estatística**” aprendemos que uma simples mudança no critério do valor da renda estabelecido para concessão do benefício gera novos programas com novos repertórios, metas e formas de gestão. Por isso é tão importante entender essas versões como seres vivos,

que atuam e se modificam gerando materialidades e socialidades com seus repertórios específicos, que permitem às políticas públicas falar de pobreza. Quando tratam de pessoas pobres, geralmente se referem a “população” que é uma das formas de governamentalização da pobreza, em que pessoas são pensadas em termos de milhares, centenas e não em decimais ou no singular e, também, os dados são apresentados por meio de um saber específico e especial, que são as “estatísticas”, que cumprem o papel de instrumentalizar a racionalidade de governo e dar forma à população.

O uso de cálculos e medidas para definir quem é pobre ou a extensão da pobreza se tornou uma prática discursiva central das instituições multilaterais e na maioria das plataformas governamentais, particularmente após a sua erradicação ter se transformado em uma das metas do milênio proposta pela Organização das Nações Unidas em seu documento Objetivos das Metas do Milênio de 1995.

Segundo Rocha (2003), a discussão da pobreza como a conhecemos hoje, se iniciou nos países desenvolvidos como reação à euforia da reconstrução do pós-guerra e ao discurso triunfalista dos políticos, alertando para a problemática da sobrevivência de grupos desprivilegiados dos países ricos. A autora questiona essa prática ao afirmar que

[...] ao medir a pobreza, o objetivo principal é dispor de elementos para estabelecer políticas e monitorar resultados. Portanto, é fundamental que os conceitos adotados sejam operacionalizados, dado o sistema de informações estatísticas de que se dispõe [...] (ROCHA, 2003, p. 29).

Entre os diferentes modos de medir a pobreza, encontramos distintas abordagens, como as da insuficiência de renda expressas nas linhas de pobreza, que têm por base o poder de compra ou um valor derivado da distribuição de renda. Por outro lado, temos a abordagem do *basic needs* associando pobreza diretamente à não satisfação de necessidades específicas, sendo essas as noções que norteiam as construções de índices e indicadores mais recentes. As abordagens de medição baseada na renda são utilizadas pelo Banco Mundial, em suas famosas linhas de pobreza (Poverty Line), e, seguindo a concepção do *basic needs*, temos como referência o Índice de Pobreza Humana (IPH-1997) e mais recentemente o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM-2010), que considera a pobreza como multifacetada incluindo fatores de desenvolvimento humano como saúde, educação e padrão de vida (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1997, 2010). Os relatórios de desenvolvimento humano elaborados pela Organização das Nações Unidas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, são as principais fontes de referências de índices e indicadores no governo de pobreza de países e regiões, e vêm assumindo noções de pobreza bastante ampliadas contemplando sua complexidade e diversidade, no entanto têm sido acusados de serem de difícil operacionalização e padronização.

Além das linhas de pobreza, dos indicadores e índices, usam-se os *rankings* de pobreza, geralmente como medida de comparação entre países e regiões, podendo ser classificatórios da posição de um país na escala de desenvolvimento.

Pode-se dizer que as linhas, índices, indicadores e os *rankings* fazem parte de uma tecnologia de governo da pobreza, consolidados com o desenvolvimento da estatística que somente a partir dos séculos XVII e XVIII passou a ser vista como instrumento de uma racionalidade governamental, como tecnologia de governo “[...] constituindo-se num saber específico e muito especial, uma ciência de Estado [...]” (SENRA, 1996, p. 89).

No Programa Bolsa Família, os cálculos para definição da faixa de renda são realizados a partir preenchimento do Cadastro Único, após serem abatidos, do rendimento, itens como medicamentos, gás, entre outros. Ao ser incluída no Programa Bolsa Família, a família tem direito de permanecer no Programa por no mínimo dois anos e, após esse período, na revisão cadastral, é decidida a continuidade ou não do benefício. A decisão de priorizar o cálculo da renda *per capita* familiar como critério de inclusão social, o torna o fator capaz de incluir, excluir, bloquear e cancelar um beneficiário do Programa Bolsa Família. Se fossem assumidas outras versões de pobreza que tomassem em conta a questão da cidadania, da democratização da sociedade, da garantia e acesso aos serviços e bens necessários para uma vida mais digna e menos desigual como critério de inclusão, a política de enfrentamento à pobreza teria outro desenho e modo de funcionamento.

Em a **“Pobreza controlada: a informatização do controle!”** descrevemos como os sistemas de controle informatizados orientam e moldam as práticas de intervenção social das equipes de técnicos envolvidos na gestão do Programa. As tradicionais visitas domiciliares são realizadas somente quando solicitadas a partir das informações dos sistemas virtuais de controle. Neste caso, uma instituição bancária é central no controle da situação familiar em relação à frequência escolar, vacinação das crianças e realização do pré-natal da mulher.

No cadastramento do Programa Bolsa Família observamos a cena de uma mulher apresentando um extrato bancário da Caixa Econômica Federal, que advertia sobre a baixa frequência escolar de um de seus filhos, colocando em risco o recebimento do benefício. A frequência escolar, assim como a mudança de escola e abandono da sala de aula passam por um rígido e eficiente sistema de controle das condicionalidades, em que são prontamente notificados por meio do extrato bancário, que se configura o meio de comunicação mais eficiente de informação com os beneficiários.

O controle do benefício de renda em funcionamento no Programa Bolsa Família é realizado a partir dos dados fornecidos pelo beneficiário ao Cadastro Único, e a verificação dessas informações baseada no método *ex ant*, ou seja, são autodeclaráveis e verificados somente quando solicitados pelos gestores após o processamento dos dados cadastrais realizados pelos Sistemas Virtuais de Benefícios ao Cidadão e Sistema de Gestão de Condicionalidades, e o cruzamento com os bancos de dados públicos como Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) Sistema Informatizado de Controle de Óbito (SISOBI) entre outros.

Observamos que não é o controle do benefício da renda, e sim as condicionalidades relativas à saúde e educação que passam por um rigoroso e eficiente controle do governo, e também são a maioria dos casos de atendimentos na sala de cadastramento do Programa. As condicionalidades são compromissos que devem ser cumpridos pela família, na área de educação e saúde, para que possam permanecer recebendo o benefício. O papel da Caixa Econômica Federal é central na informação da situação do benefício e cumprimento das condicionalidades do programa, pois é a instituição que mantém contato frequente com o beneficiário, aproximando, assim, as ações do programa a um formato que nomeamos de “monetização da política social”, em que um extrato bancário se torna um meio de informar não somente as operações financeiras, mas também toda situação familiar implicada na gestão do benefício.

Ampliando o olhar psicossocial!

A noção homogênea e simplificada da pobreza na perspectiva psicossocial tem sido alvo de críticas por suas concepções restritas às necessidades. Contudo, em um mundo urbanizado, a tendência tem sido buscar abordagens mais interativas, que considerem a pobreza como “[...] produto de políticas e ações diretamente ligadas à questão fundamental da cidadania, da democratização da sociedade, da construção de laços sociais e da falta de proteção aos direitos sociais e coletivos [...]” e que garanta o acesso aos serviços e bens necessários para uma vida mais digna, menos desigual e com o exercício pleno da cidadania (SPINK, P., 2005, p. 46). No Brasil, o autor sugere aos psicólogos sociais que a pobreza deve ser concebida como uma heterogeneidade:

Infelizmente, algumas interpretações, ainda presentes no imaginário social, continuam a entender a pobreza exclusivamente sob a ótica monetária e centrada no indivíduo: pobreza, para estes, remete à condição de ser “pobre”. Outras abordagens colocam o problema exclusivamente no terreno da política macroeconômica, esquecendo os múltiplos mecanismos e ações administrativas que contribuem para a geração da desigualdade e exclusão (SPINK P., 2005, p. 46)

Das inadequações metodológicas nos estudos da pobreza, Harper (2003) destaca o individualismo, a rigidez, a monocausalidade e ingenuidade presentes nas pesquisas psicossociais, e comenta que, nessa abordagem, as explicações da pobreza recaem sobre os indivíduos mais do que em fatores sistêmicos, focando sempre naqueles com menor poder de trazer mudanças de fato, o que conduz a explicações que culpabilizam as vítimas. Essa ótica centrada no indivíduo, que remete a pobreza à condição de ser pobre, visto como fraco, culpado ou incompetente é criticada por Spink, P. (2005) que também questiona as abordagens que atribuem o problema ao terreno exclusivamente da política macroeconômica.

Para enfrentar essa suposta pobreza da Psicologia, Yamamoto (2007, p. 36) sugere que devemos ampliar os limites da dimensão política de nossa ação profissional, tanto pelo alinhamento com os setores progressistas da sociedade civil, quanto pelo desenvolvimento, no campo acadêmico, de outras “[...] possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em outras vertentes teóricas-metodológicas que as hegemônicas da Psicologia.”

Acreditamos que ao ter uma compreensão do funcionamento das redes heterogêneas, seus produtos e efeitos, tornaria o (a) psicólogo (a) social mais propositivo ao pensar que toda e qualquer ação de uma política pública pode ser democratizada e é produto de muitas possibilidades de escolhas. Considerar todos os atores em rede amplia não só o olhar, mas as possibilidades de ação e mudanças específicas no fazer cotidiano das políticas públicas.

Na revisão bibliográfica que realizamos, encontramos poucos estudos e pesquisas específicos na área, dos quais grande parte trata do impacto da pobreza no desenvolvimento psicológico do indivíduo, dos déficits cognitivos e dos problemas de aprendizagem das crianças pobres. Como alternativa, encontramos pesquisas que analisam as representações sociais, os discursos midiáticos sobre a pobreza, e ainda outras que enfocam novos atores e lugares, o que nos levou a pensar que não existe uma única maneira de a Psicologia Social entender a pobreza, e sim, diferentes maneiras que se diferenciam a partir das escolhas feitas.

Quando nos perguntamos se existe pobreza, se ela é inevitável, se sempre existirá, queremos com

isso dizer que ela é mutável, que ela deve ser desnaturalizada, e que podemos assim questionar os discursos produzidos sobre ela, tomar outros caminhos para entendê-la e, sobretudo, refletir sobre nossas práticas psicossociais.

Hoje podemos afirmar que a abordagem construcionista ofereceu instrumental suficiente para criticar a naturalização, superpatologização e individualização da pobreza presentes nos estudos e pesquisas psicossociais. Entretanto, não nos pareceu que essas questões necessitam de mais argumentos para serem desconstruídas.

Dessa forma, as nossas contribuições à Psicologia Social seriam oriundas de diálogos teóricos e epistemológicos entre abordagens distintas, tais como a construção histórica da pobreza, a importância da linguagem nessa construção, a polissemia de sentidos e seus repertórios linguísticos, na qual também apresentamos a pobreza como uma questão de governo, constituída pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitiram o exercício de uma forma específica e complexa de poder, que tem, por alvo, a população.

Os pressupostos que levam em conta as redes constitutivas das múltiplas realidades nos levou a entender a pobreza como múltipla e complexa, articulada em uma rede de elementos heterogêneos que performam políticas públicas.

Para isso, adotamos referenciais epistemológicos que questionam os fundamentos ontológicos de verdade, realidade e as dicotomias comuns aos pensamentos psicossociais. Foi preciso fazer muitos deslocamentos e inversões conceituais, como entender a diferença entre a noção de perspectivismo e multiplicidade, os aspectos performativos da realidade, os elementos humanos e não humanos que compõem as redes heterogêneas.

Não se tratava mais de procurar compor um retrato amplo e mais abrangente, no entanto único da pobreza, mas de ampliar o olhar para captar o múltiplo e complexo, nas diversas associações, alianças, fluxos, circulações e movimentos dos elementos envolvidos.

Destacaremos os aspectos que mais apreciamos no desenrolar da rede heterogênea das políticas públicas de enfrentamento à pobreza, pois não sabíamos, apesar da larga experiência e das muitas leituras, aonde e como iríamos chegar ao final.

Ênfase nas materialidades e os não humanos!

É comum pensarmos o psicológico somente como algo que se refere aos humanos, pessoas, indivíduos, e não é de surpreender quando uma pesquisadora diz estar trabalhando com cadastros, documentos, computadores, extrato bancário, etc. não lhe ser conferido o *status* de uma pesquisa do campo psicológico.

Isso pode não ser novo, mas a novidade aqui reside no lugar que os não humanos ocupam e a forma como se articulam com outros elementos humanos e a importância que assumem no entendimento do campo-tema pesquisado. Não significa que tratamos as pessoas como cadastros e os cadastros como pessoas, mas que eles só fazem sentido na interação, em que juntos produzem efeitos ou são produtos dessa rede de materiais heterogêneos.

Ao compreender que os cadastros são elementos importantes no entendimento dos modos de fazer política pública contemporânea, e que no Programa Bolsa Família, são eles que organizam e distribuem as ações da equipe de gestores sociais, é bem diferente de estudar o cadastro como um elemento isolado. O Cadastro, na rede das políticas públicas é a porta de entrada e saída do Programa Bolsa Família, ele produz informações, conduz ao acesso, bloqueio ou cancelamento do benefício e fornece dados para a produção das estatísticas que definem as metas governamentais.

Os documentos, por outro lado, atuam como alimentos aos cadastros, pois cadastros sem documentos não têm vida, são folhas em branco. Sem documentos não existe a mínima condição de ser considerado um usuário ou beneficiário de uma política social. Mas, cadastros e documentos também produzem identidades como a do trabalhador pobre com carteira assinada, que por sua renda *per capita* estar dentro do estabelecido como critério de inclusão no programa, tem acesso ao benefício. Outras documentações exigidas no cumprimento das condicionalidades como atestados de saúde, declaração de frequência da escola, nascimento ou morte de um familiar, etc., criam vínculos com os agentes comunitários, os médicos das unidades básicas de saúde, as professoras, diretoras das escolas, os escrivães dos cartórios, as atendedoras do programa, produzindo estratégias de controle da vida cotidiana dos beneficiários.

Há a informatização do controle com os inúmeros sistemas que alteraram os modos de fiscalizar as informações. Os dados fornecidos aos cadastros são autodeclaráveis e verificados somente quando solicitados após o processamento dos dados cadastrais realizados pelo Sistema de Benefícios ao Cidadão e Sistema de Gestão das Condicionalidades e o cruzamento com os bancos de dados públicos, não se restringindo à demonstração de bens e patrimônio, e que por isso têm sido alvo de denúncias e comentários desconfiados entre os gestores e beneficiários do Programa.

Cadastros, documentos, sistemas informatizados são alguns dos elementos não humanos, materialmente heterogêneos que compõem a rede. Hoje, não conseguiríamos imaginar como seria compreender as políticas públicas sem incluí-los, e isso não quer dizer que não nos importamos ou anulamos os humanos, mas que o entendemos em interação com os não humanos, não em relações deterministas e hierarquias de um sobre o outro, mas em uma simetria de elementos que podem até estarem justapostos, mas que produzem coisas juntos como efeitos e produtos, e que por isso podem ser modificadas. Acreditamos que somente foi possível ter ampliado o olhar psicossocial sobre o enfrentamento à pobreza nas políticas públicas a partir desses referenciais teóricos que pensam a ação.

As políticas públicas de enfrentamento à pobreza em ação: virada para à prática!

Pesquisar como as múltiplas realidades são performadas nas redes heterogêneas pode ser considerado uma virada para a prática e uma forma de entender as políticas públicas de enfrentamento à pobreza em ação.

Voltar-se para prática, não significa aqui ter o objetivo de avaliar os resultados alcançados por um programa, tampouco analisar o seu impacto sobre a população pobre como em pesquisas realizadas para organismos governamentais e não governamentais, inclusive sobre o Programa Bolsa Família.

Dar uma virada para a ação, para a prática, que nos leva a investigar e procurar revelar as articu-

lações, mediações, disputas entre as diferentes versões de “pobrezas” agenciadas nas políticas públicas, ainda que de forma parcial e localizada, no programa Bolsa Família. É uma forma de analisar o presente e de pensar as políticas públicas de enfrentamento à pobreza em ação.

A noção de ação na perspectiva da Teoria Ator-Rede é entendida como mediação, um exercício de estar entre, de ocupar posição em meio, é permitir conexão de outros elementos das redes e entre materiais diversos que geram efeitos de reestruturação, estabelecendo novas ordenações (GRAU, ÍÑIGUEZ-RUEDA, SUBIRATS, 2010). O motor principal de uma ação é um conjunto de práticas, distribuídas e animadas, a soma das quais poderia realizar-se somente se respeitarmos o papel de mediador de todos os actantes mobilizados.

Na visão latouriana de ação, todas as entidades que participam da rede transformam e interferem nesse processo. Sendo assim, o objetivo de um analista de políticas públicas seria o de compreender de que são feitos e o que ocorre entre a diversidade de elementos que participam na cadeia de mediações desses processos. Para autores da Teoria Ator-Rede, o postulado da heterogeneidade nos permite conceber novas formas de pensar a ação humana que pode nos ser muito úteis para análise das políticas públicas. Uma política pública não pode ser considerada domínio de um só ator ou atriz, e sim o resultado da interação entre eles, convertendo o processo de conhecimento em algo imprevisível e complexo! Para isso, ampliamos as formas de pensar política pública como

[...] Una red híbrida fruto de múltiples procesos de asociación en los que participan una gran cantidad y diversidad de elementos. Muchos de los cuales con su propia definición sobre el mundo que los rodea, sobre los problemas, sobre la imagen de los otros actores de la red, sobre la naturaleza de su dependencia y sobre las ventajas y desventajas de trabajar juntos, y en competencia con el resto [...] (GRAU; ÍÑIGUEZ-RUEDA; SUBIRATS, 2010, p. 66).

Seguindo essa abordagem entendemos que as políticas públicas fazem parte de um campo que envolve processos complexos, que nos permitirá incluir na discussão os múltiplos fatores que constituem as práticas sociais das redes de elementos heterogêneos (BRIGAGÃO; NASCIMENTO; SPINK, 2011).

A Teoria Ator-Rede nos ofereceu instrumental necessário que nos permitiu seguir as múltiplas “versões” de pobrezas performadas por atores humanos e não humanos, via redes heterogêneas das Políticas Públicas de Transferência de Renda, por meio de ações do Programa Bolsa Família.

Foi seguindo os cadastros e documentos que conseguimos tecer a rede. Eles permitiram entrar em contato com outros atores como os beneficiários, atendentes, gestores, os sistemas de informação e controle, os cálculos de renda, entre outros. Todos esses atores provocaram desvios ou alterações, em que muitas práticas, ao se modificarem, incidem diretamente na atuação dos atendentes, no trabalho dos psicólogos e assistentes sociais e demais atores.

Ampliar o olhar sobre as políticas públicas significa não mais entendê-las como domínio de um só ator ou atriz, e sim como resultado da interação entre eles, nos permitindo conceber novas formas de pensar a ação, o que pode ser muito útil para análise das políticas públicas.

Acreditamos que ter uma compreensão do funcionamento das redes heterogêneas, seus produtos e efeitos, tornaria o(a) psicólogo(a) social mais propositivo ao democratizar as possibilidades de escolhas

de toda e qualquer ação no Programa Bolsa Família, seja ao preencher um formulário, ao argumentar com as decisões baseadas nos sistemas informatizados, ao questionar a necessidade da burocratização que só aumenta o “*kit*” de documentos, ao refletir criticamente sobre as implicações das versões de pobreza assumidas pelas políticas públicas atuais, entre outros. Considerar todos os atores em interação amplia não só o olhar, mas as possibilidades de ação e mudanças específicas no fazer cotidiano das políticas públicas.

Concluindo, acreditamos que a principal contribuição da abordagem do construcionismo social, com aportes da Teoria Ator-Rede sobre pobreza, pode estar na possibilidade de desestabilizar, desterritorializar e flexibilizar as noções tradicionais de pobre e pobreza e abrir caminhos para que múltiplas versões ao menos coexistam com as do presente e assim tragam efetivas mudanças para as políticas sociais de enfrentamento à pobreza em todas suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitorino; SPINK, Peter Kevin. As interfaces entre psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 37, n. 1, p. 199-215, 2011.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2003.

CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa; PEDROSA, Claudia. Pesquisando redes heterogêneas: contribuições da teoria ator-rede. In: Spink, Mary Jane Paris; Brigadão, Jacqueline Isaac Machado; Nascimento, Vanda Lúcia Vitoriano e Cordeiro, Mariana Prioli (Org.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual).

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira; SILVA, Lucicleide dos Santos.; NASCIMENTO, Rebeca Ramily Santos. Registro civil e gênero em contextos rurais. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 9. 2010, Florianópolis. Anais. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010. p. 1-8. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277473447_ARQUIVO_RosineideCordeiro_Registrocivilgenero_Fazendogenero.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

CURADO, Jacy Corrêa. **Multiplidade de “Pobrezas” nas Redes Heterogêneas das Políticas Públicas Contemporâneas**. 237 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC), São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: M. Fontes, 2008. (Coleção Trópicos).

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: M. Fontes, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: M. Fontes, 1995.

GERGEN, Kenneth. The social constructionist movement in modern Psychology. **The American Psy-**

- chologist**, Washington, DC, v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985. Disponível em: <http://www.swarthmore.edu/Documents/faculty/gergen/Social_Constructionist_Movement.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.
- GRAU, Marc; ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicínio; SUBIRATS, Joan. La perspectiva sociotécnica en las análisis de políticas públicas. **Psicología Política**, Valencia, n. 41, p. 61-80, 2010. Disponível em: <<http://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N41-4.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima; HÜNING, Simone Maria. Entre Bruno Latour e Michel Foucault. In: FERREIRA, Arthur Arruda Leal et al. (Org.). **Teoria ator-rede & psicologia**. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p. 60-77.
- HARPER, David. Poverty and discourse. In: CARR, Stuart C.; SLOAN, Tod Stratton. (Ed.). **Poverty & psychology: From global perspective to local practice**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2003. p. 185-203.
- ÍÑIGUEZ, Lupicínio. Construcionismo social e psicologia social. In: MARTINS, João Batista; EL HAMMOUTI, Nour- Din; ÍÑIGUEZ, Lupicínio (Org.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RiMa, 2002. p. 127-155.
- LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- MELO, Maria de Fátima Aranha de Queiroz. Seguindo as pipas com a metodologia da TAR. **Revista do Departamento de Psicologia**. UFF, Niterói, v. 19, n. 1, p. 169-185, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/publicacoes/revista-psi-artigos/v19.1_cap_13_seguindo%20as%20pipas.pdf>. Acesso em: 10 set 2014.
- MENEGON, Vera Sônia Mincoff. **Entre a linguagem dos direitos e a linguagem dos riscos: os consentimentos informados na reprodução humana assistida**. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2006.
- MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas idéias e várias perguntas. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). **Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/174542>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2010: a verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano**. Brasília, DF, 2010. Edição do 20º aniversário. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. **Relatório de desenvolvimento humano 1997: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/rdh97/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- ROCHA, Sonia. M. R. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- SENRA, Nelson de Castro. Governamentalidade, a invenção política das estatísticas. **Informare: Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 88-95,

1996.

SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. “Do rato não!” materialidades e socialidades na compra de cigarros. **Psico (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 110-120, 2009.

SPINK, Peter Kevin. A administração cotidiana e a heterogeneidade da pobreza. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 10, n. 47, 2005.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-37. 2007.

